

**Reunião ordinária pública****Ata n.º 01/2018****Data: 2018-01-08****Início: 14.31 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.29 horas****Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Célia Maria Nunes Azevedo Bonet
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017 -----
BALANCETE -----
N.º 01 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SMAS DE TOMAR PARA O ANO DE 2018 (23/ENTE/DAJA/2018 - 1/ENTEXT/PR/2013) -----
PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----
N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017 (1/PGEN/PR/2018 - 15/DIVER/PR/2013) -----
INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----
N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (1/PPRC/PR/2018) -----
INFORMAÇÃO DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----
N.º 04 – EDIFÍCIOS ESCOLARES DEVOLUTOS (2/PPRC/PR/2018) -----
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----



- N.º 05 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE – minuta de contrato (70/CPUB/DF/2017 - 241/CONPUB/DOM/2017) -----**
- N.º 06 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DAS MIMOSAS – receção provisória (58/CPUB/DF/2017 - 250/CONPUB/DOM/2017) -----**
- EXPEDIENTE: -----**
- N.º 07 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DA RUA JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO, N.º 22, NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 3391/16.8T8ENT (7850/ENTE/DAJA/2017) -----**
- N.º 08 – TARIFAS A APLICAR PELA EPAL NO ANO DE 2018 (7950/ENTE/DAJA/2017 - 1/ENEXT/PR/2013) -----**
- N.º 09 – TARIFAS A APLICAR PELA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, SA NO ANO DE 2018 (7946/ENTE/DAJA/2017 - 1/ENEXT/PR/2013) -----**
- N.º 10 –ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS NO ANO DE 2017 (7947/ENTE/DAJA/2017 - 1/ENEXT/PR/2013) -----**
- N.º 11– ALTERAÇÕES DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS (TRH) DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO-LEI N.º 46/2017, DE 3 DE MAIO (7949/ENTE/DAJA/2017 - 1/ENEXT/PR/2013) -----**
- N.º 12 – GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS HÍDRICOS (127/PGEN/PR/2017 - 1/ENEXT/PR/2013) -----**

Sendo catorze horas e trinta e um minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao período de Atendimento ao Público.-----

Esteve presente o Sr. Américo Costa que reportou que o assunto que o afeta como proprietário de uma garagem na rua Dona Aurora de Macedo está quase resolvido, fruto da atenção e diligências do Sr. Vereador Hélder Henriques, a quem agradeceu a colaboração. ----

Esteve presente o Sr. Américo Costa, em representação dos AQUA Tomar (futura empresa ambiental sem fins lucrativos), para, mais uma vez, evidenciar o problema da poluição do rio Nabão, que aflige todos os tomarenses. Reportou que mandou fazer análises a expensas próprias e, como já desconfiava, todas as substâncias que foram detetadas são de resíduos domésticos (destacou os antibióticos, que são das coisas mais perigosas que podem encontrar, contribuindo para que as bactérias e as cianobactérias criem resistências ainda maiores e fiquem muito mais perigosas) e, em tamanha proporção, só existem nas estações de tratamento de águas residuais. Referiu que os municípios de Tomar e de Ourém pagam para o tratamento de resíduos domésticos e têm direito a que tudo o que saia das ETARS seja



devidamente tratado. Sugeriu que a Câmara de Tomar se sente à mesa com a Câmara de Ourém para encontrar solução para estes problemas; principalmente a Câmara de Ourém tem que vigiar melhor as ETARS de Formigais, Palmaria e Seiça sendo certo que, no caso desta última, a única solução é o seu desmantelamento, o mais rapidamente possível e é preciso começar a trabalhar nesse sentido. Referiu que a ETAR de Seiça foi uma lixeira que o concelho de Ourém enfiou no nosso concelho; terá sido um bom negócio para Ourém mas um muito mau negócio para Tomar; de inverno, a ribeira de Seiça tem caudal e a ETAR pode funcionar normalmente, mas, no verão, isso é impossível; chegam a acumular-se ali seis quilómetros de autêntico esterco; é a grande fonte poluidora naquela zona, contaminando quilómetros e quilómetros de veios freáticos, que contaminaram o Agroal (não compreende como é que uma água clara e pura, quase uma nascente, apresenta análises piores que a água em Ortiga (no Tejo, que se apresenta castanha e porca); há dois anos que monitoriza aquela ribeira e é fruto dessa atuação e da vigilância a que foram sujeitos (chamou o SEPNA, vieram Deputados – também por mérito da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores) que, este ano, foi possível ao Agroal obter a bandeira azul e ter agora um cenário completamente diferente do que já foi; mesmo assim, não compreende como é que o SEPNA não consegue ver o mesmo que ele vê, e fotografou; também já se deslocou ao local durante a noite e viu sair aquela espuma, mas, durante o dia, quase parece uma água de furo, límpida e pura; estão a jogar ao gato e ao rato; a solução para o problema é simples, mas obriga a que as Câmaras de Tomar e de Ourém (que, na verdade, está a pagar por um serviço que não lhe está a ser prestado) se sentem à mesa. -----

A Sra. Presidente referiu que é muito redutor afirmar que a ETAR de Seiça é a única fonte poluidora do rio Nabão. Frisou que, no passado dia treze de outubro, foram surpreendidos em Tomar por uma grande quantidade de espuma e sujidade no rio, mas a água estava limpa à saída da ETAR; um pouco antes do Natal, ocorreu outra situação, mas desta ainda não tem o resultado das averiguações encetadas pelas autoridades competentes; há cerca de dois meses, foi apanhado um camião de uma empresa de Tomar a fazer descargas no norte do país; para além de que há muitos pontos de entrada no rio Nabão onde os camiões podem ir descarregar. Reportou que, no passado, se realizou uma reunião com a Câmara Municipal de Ourém no sentido de ser apertada a monitorização do funcionamento desta ETAR e que, face à mudança operada naquele executivo, vão ter que solicitar nova reunião para retomar as negociações e saber se o atual executivo mantém este relacionamento; talvez não seja para eles um tema muito pertinente tendo em conta que é no nosso município que os efeitos são sentidos, mas



têm que estar sensíveis a esta questão até porque a capacidade da ETAR está quase no seu limite; o ideal seria repensarem a localização de nova estação com maior capacidade, ou duas, mas não podem imiscuir-se nos assuntos que competem ao município vizinho. Defendeu que a solução ideal seria a instalação de um sistema de videovigilância ao longo do rio Nabão, para o que decorrem diligências junto da Secretaria de Estado do Ambiente. -----

O Sr. Américo Costa sublinhou que não responsabilizou a ETAR de Seixa e que identificou três estações de tratamento, responsáveis por oitenta por cento da poluição porque não estão a trabalhar como deviam; de manhã, está tudo limpinho, mas as descargas nunca pararam e acontecem todas as madrugadas. Referiu que a capacidade de tratamento de esgotos da ETAR de Seixa é de sessenta por cento, como os próprios admitiram num programa de rádio; isto de inverno, porque, no verão, não têm capacidade absolutamente nenhuma e nem sequer devia existir ali. Referiu que haverá outras descargas, mas o que verifica nas análises é que são resíduos domésticos; já teve oportunidade de ver resíduos industriais despejados na ribeira que passa por baixo da fábrica da Matrena, quando ocorreram toneladas e toneladas de peixes mortos; é aqui que se fazem as grandes descargas de resíduos industriais que vêm dos concelhos de Alcanena, Torres Novas e Riachos, que são muito mais perigosos. -----

Esteve presente o Sr. Vítor Manuel Santos que alertou para as questões de segurança rodoviária, nomeadamente para a falta de sinalização adequada no pavimento em cerca de oitenta a noventa por cento das estradas dentro de cidade, onde praticamente não são visíveis os traços contínuos e descontínuos; algumas estradas serão nacionais, mas tem que ser a Câmara Municipal a fazer pressão para que a situação seja resolvida porque essa sinalização está muito degradada. Referiu ainda a situação na zona envolvente ao Estádio Municipal, eleita por muitas famílias para passeios, especialmente aos fins-de-semana, onde existe sinalização de proibição de trânsito à generalidade dos veículos; não quer culpar o futebol, mas a verdade é que, aos sábados, domingos e dias de treino, é tudo menos um parque de lazer; um dia poderá ocorrer ali um acidente e será difícil apurar responsabilidades; o local é um pouco inseguro e ou se altera o sinal, que será o mais fácil, ou se castiga quem prevarica; a Câmara, ou o vereador responsável, terá que atuar e fazer atuar num ou noutro sentido. De seguida, referiu a situação das duas casas de habitação social que existem junto à escola do Marmeleiro, que estão degradadas há muito tempo, mas nunca ninguém fez nada; o estado do telhado e das paredes é relativamente bom e a canalização e a parte elétrica poderão não estar dentro dos parâmetros de segurança atuais, mas é um facto que estão a degradar-se cada vez mais e que quanto mais se degradarem, mais vai custar a intervenção; seria bom



que alguém se debruçasse sobre a recuperação enquanto ainda é tempo porque há muita gente em Tomar e na freguesia com carências a este nível. -----

A Sra. Presidente disse que, na verdade, há um conjunto de estradas que passam no centro da cidade que não são competência municipal; nalgumas, a Câmara Municipal colocou a sinalização horizontal, mas estarem a "fazer filhos em mulheres alheias" não é bem aquilo que pretendem. Referiu que não há capacidade para promover, por administração direta, a sinalização no pavimento nas estradas e caminhos municipais do concelho; o ano passado, foi lançado um procedimento de empreitada e, este ano, está previsto no orçamento um novo procedimento para o efeito. Informou que, em matéria de reparação de estradas e de sinalização horizontal e vertical, têm estado a optar por atuar nos pontos referenciados como sensíveis para ocorrência de acidentes, a partir da análise dos dados fornecidos mensalmente pela GNR. No que se refere à situação que se verifica na zona envolvente ao Estádio Municipal, frisou que o problema se coloca desde a saída da rua da Fábrica de Fiação para a zona do parque de campismo, e também à frente do Estádio, apesar de a sinalização existir; se a educação das pessoas não funciona e a situação não se altera por mais vezes que a PSP lá passe para multar quem está em transgressão, há que tomar medidas mais drásticas e elas estão previstas: está acordado com as equipas visitantes que os autocarros estacionem no parque de campismo, mas as viaturas não conseguem passar devido às viaturas estacionadas em desacordo com a sinalização horizontal e vertical que existe no local; acabam por deixar os veículos estacionados ao lado do pavilhão, em cima da placa, que está a levar com uma carga para a qual não foi projetada; vão ser colocados pilaretes na zona entre a rua da Fábrica de Fiação e a rua que circunda o estádio, para impedir o estacionamento, e um pilarete amovível depois do parque de campismo, para impedir a circulação e estacionamento numa zona que, bem ou mal, foi arranjada com o dinheiro dos contribuintes para ser uma área de passeio e usufruto e há que criar condições para que tenha a função para a qual foi criada. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão passou a responder à questão das duas habitações do Marmeleiro, as quais, pela sua área diminuta, têm considerado como sendo apenas uma; no programa eleitoral que foi sufragado pelos tomarenses no mandato anterior, em matéria de habitação e realojamento de famílias do concelho em habitações municipais, preconizaram que pudessem ser as famílias a promover as obras nas habitações que não precisassem de grandes reparações, ou de reparações estruturais; isso foi testado com as habitações do Marmeleiro, uma das duas que possuem fora da cidade (a outra localiza-se em Vila Nova, freguesia de Paialvo, mas está completamente em ruínas), que foi entregue a uma família no âmbito de



concurso, com a condição de que faria a generalidade das obras necessárias, com o apoio da Câmara naquilo que é da sua responsabilidade, nomeadamente no telhado; a família não foi capaz de assegurar a situação e o procedimento foi anulado; a casa vai ser alvo de intervenção direta do município havendo a intenção que essa requalificação ocorra no corrente ano, com recurso a procedimento de empreitada, findo o que entrará também no concurso para atribuição de habitação social a família carenciada do concelho (não da freguesia porque, legalmente, não podem fazer essa distinção no programa do procedimento). A Câmara não tem capacidade financeira para intervir simultaneamente em todas as habitações que possui; neste momento, está praticamente concluída a recuperação da habitação na rua do Pé da Costa de Cima, e estão em curso obras em habitações na rua Gil Avô, nos bairros primeiro de maio e Nossa Senhora dos Anjos, e ainda no chamado bairro da caixa, em algumas das habitações que, no mandato anterior, advieram para o património municipal. Referiu que estão ainda em curso procedimentos com vista à utilização de cinco edifícios escolares devolutos para habitação social. -----

O Sr. Vitor Santos referiu que a generalidade das famílias carenciadas não terá capacidade para realizar obras numa casa social; se vão para uma habitação social é porque não têm rendimentos e não vê como possam assumir esses custos, para além de que, mesmo que assumam, se daqui a alguns anos, por um qualquer motivo, saírem da habitação onde investiram o seu dinheiro as benfeitorias ficam para a Câmara. Defendeu que a Câmara tem ao seu serviço mão de obra qualificada (pedreiros, pintores, eletricitas e carpinteiros) necessária e suficiente para intervir em casos que não sejam complicados, como é o caso das habitações do Marmeleiro; poderá proceder às reparações sem recorrer a serviços externos, com menos custos para todos. Identificou-se como aposentado da GNR, que conhece mais ou menos o concelho, referindo que compreende que tenha que ser o Estado a promover as obras que sejam da sua responsabilidade, mas que cabe à Câmara fazer pressão (muita pressão). Adiantou o grande problema da rotunda dos Bombeiros que, para cima, está muito boa e bem sinalizada, apesar dos traços contínuos poderem estar mais avivados, mas, para baixo, com a mesma largura de faixa, não tem sinais nenhuns e, com a nova regra das entradas nas rotundas, era de toda a conveniência ter os traços a definir as duas vias com o mesmo sentido; é uma estrada nacional, mas alguém tem que fazer esse trabalho; antes da entrada na rotunda junto ao Restauração, para quem vem da rua Lopo Dias de Sousa, requer um traço contínuo e ele está lá, mas completamente sumido; perguntou quem será o responsável quando e se ocorrer ali um acidente, porque o traço contínuo não se vê, e alguém será



responsabilizado; a Câmara tem responsabilidades se não tiver as coisas demarcadas como deve. Referiu que junto ao estádio a solução mais fácil será mudar o sinal; compreende que não queira proceder-se desse modo porque é um parque de lazer, mas a situação atual não pode continuar e a Câmara terá que estudar uma solução para o problema que já existe há muitos anos e de outras administrações. -----

A Sra. Presidente referiu, a título de exemplo, que a situação do gradeamento da Ponte Nova, que alguém danificou há cerca de dois ou três meses, continua por resolver apesar de a Câmara vir insistindo, praticamente todas as semanas, com a Infraestruturas de Portugal nesse sentido. Referiu também o deslizamento de terras que, na passada sexta-feira, ocorreu na estrada de Paialvo, que também não é competência da Câmara; aquela entidade esteve no local no próprio dia, mas não se sabe quanto tempo vai manter a situação.-----

O Sr. Vitor Santos referiu que esta última situação é diferente porque foi fruto de uma intempérie, mas a Câmara tem que dar solução e pressionar. Perguntou se há conhecimento que há uma passagem subterrânea na Ponte Nova que poderia ser usada nomeadamente em dias de mercado. -----

A Sra. Presidente confirmou adiantando que os técnicos avaliaram e concluíram que não reúne condições de segurança sem que haja uma intervenção. -----

Terminado o período de atendimento ao público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador José Delgado referiu que é importante que o cidadão venha à Câmara falar sobre algumas matérias que necessitam de ser melhoradas; são alertas positivos e é de louvar este espírito positivo que permite alavancar algumas situações que carecem de correção. Disse que todos concordam com quase tudo o que foi dito pelo Sr. Vitor Santos, mas a questão da habitação social tem que ser tratada com pinças face à matriz de cada uma das famílias; as situações são bem diferentes em função das condições e, como todos sabem, não basta atribuir um espaço, é preciso que o mesmo tenha condições de habitabilidade; ou a Câmara entrega os espaços com as condições de habitabilidade e salubridade adequadas ao perfil e à dimensão do agregado familiar ou então, se passa a bola para que as famílias façam a intervenção para recuperar essas casas, na generalidade, isso não corre bem porque não têm as condições técnicas e financeiras nem o saber necessário para criar as condições necessárias; estará a criar-se uma situação de improviso que, depois, acabará por não funcionar; se damos um teto, esse teto tem que reunir as condições para que as famílias tenham a qualidade de vida que todos desejam e o seu conforto, num espaço com dignidade;



é preciso ter em atenção esta matriz em função do espaço e da localização, do agregado familiar e das condições porque, caso contrário, andam a passar a bola de um lado para o outro e acabam por não resolver aqueles problemas que a todos interessa resolver para que as famílias tomarenses, em especial as mais carenciadas, tenham condições de habitação condignas; compete-lhes criar essas condições e o que fizerem com os recursos financeiros disponíveis deve ser feito com qualidade e com dignidade; vale a pena planear e organizar para que não ocorram estes hiatos. De seguida, referiu que está muito preocupado com a situação decorrente do deslizamento das barreiras na estrada de Paialvo; sabe que não é obrigação nem responsabilidade da Câmara, mas foi ao local e verificou que o que lá está não garante o mínimo de condições de segurança; o deslizamento de terras em taludes com aquela natureza resulta por infiltração de água que adicionando o tráfego que passa nessa via, a montante, cria condições para que haja deslizamentos; analisando o talude e a crista do talude que ali existe, as ações que foram tomadas para minimizar a situação são zero, aquilo que está feito não minimiza nada porque, se houver uma infiltração a montante, aqueles plásticos que lá foram colocados não servem para nada; a situação é demasiado séria pra ser tratada da forma como foi; a responsabilidade não é da Câmara, a Infraestruturas de Portugal foi contactada de imediato, mas o que está a ser feito é de uma negligência total; se amanhã acontecer uma cunha de deslizamento a partir do talude a montante, a norte da via, a estrada pode ir parar lá abaixo; não está a ser alarmista, mas sim realista. Frisou que, junto à Mata, não existe sinalização a informar que há uma via com condicionamentos e que pode haver derrocada ou deslizamento grave de terras, ou um arrastamento do pavimento; do lado das Algarvias, no sentido descendente, existe apenas uma baia metálica com um sentido proibido, permitindo que qualquer cidadão desça a estrada sem problema nenhum; a sinalização é fraca, pelo que apela à Câmara que crie um sistema de sinalização eficaz; não se trata de criar alarme, mas de prevenir, porque não sabem qual é o comportamento daquele talude (agora, só deslizou da crista do talude para baixo); não se observou nenhuma fenda no pavimento, mas é claro que as águas pluviais são exatamente encaminhadas à superfície para a zona onde ocorreu a derrocada, e também que existe um sistema de drenagem de saneamento que é sempre uma fragilidade nestas situações, porque provoca e alavanca eventuais deslizamentos. Defendeu que a Câmara tem que ser firme na ação e, como se diz no Ribatejo, chamar os bois pelos nomes, porque não sabem se o problema ficará por ali; não estão livres de acontecer ali uma coisa muito grave na passagem de uma viatura em simultâneo com um deslizamento, ou se houver uma enxurrada; está a alertar com realismo até porque, em Tomar, não existe



nenhum sistema de gestão que avalie qual é a profundidade daquele incidente (espera que não passe a acidente e não desencadeie outras situações); se calhar, teriam que ser mais drásticos na ação, nomeadamente impedindo a circulação de tráfego; pensa que a Infraestruturas de Portugal não terá colocado inclinómetros na zona a montante para verificar se existem movimentos no subsolo não havendo como garantir que não vai acontecer nada; não está descansado e a Câmara também não deve ficar descansada, porque a ação de prevenção que foi tomada é muito ligeira. -----

A Sra. Presidente referiu que o deslizamento ocorreu na sexta-feira, à hora do almoço, tendo de imediato sido comunicada a ocorrência à Infraestruturas de Portugal, cujos técnicos compareceram no local. Reportou que, quando chegou, estavam no local os Bombeiros, a PSP, os engenheiros do Departamento de Obras Municipais e a EPD, porque houve necessidade de desviar alguns postes de eletricidade; os técnicos da Infraestruturas de Portugal já não estavam no local tendo-lhe sido referido que desvalorizaram completamente o incidente; no seguimento de contato estabelecido com a hierarquia, os técnicos deslocaram-se novamente ao local e, numa solução de recurso, decidiram a questão dos plásticos e o desvio das águas a montante ficando de, durante o dia de hoje e de amanhã, fazer a avaliação da situação no terreno, até para projetar formas de resolução; a questão do corte do trânsito no sentido descendente foi decidida entre a Câmara e a PSP e será reavaliada após a avaliação da situação pela Infraestruturas de Portugal. Referiu que, para si, que é leiga na matéria, a situação lhe parece demasiado grave porque, a haver movimento de terras, será dos dois lados e existe uma barreira do lado esquerdo, mas compete à IdP aferir a situação e a sua gravidade.-----

A Sra. Vereadora Célia Bonet começou por agradecer ao Sr. Américo Costa o interesse pelo meio ambiente e a sua intervenção sistemática; apesar de, às vezes, parecer demasiado intenso, é um facto que ele se interessa e que os alerta para alguns problemas que são importantes para o nosso concelho; como nem todos têm conhecimentos profundos nessa matéria é interessante ouvir as suas opiniões e as suas intervenções. Agradeceu também ao Sr. Vitor Santos a sua intervenção; concordam com o que foi dito em parte pelo munícipe em termos de sinalização; a cidade devia ser sujeita a uma intervenção geral e, para os vereadores do PSD, e para alguns peritos na matéria, que tiveram oportunidade de ouvir, existem alguns locais com sinalização em excesso (vários sinais que querem dizer a mesma coisa, o que é feio e perturba visualmente; não é um problema desta gestão porque se arrasta há muito mais tempo e tem-se vindo a acumular; era interessante limpar um pouco



visualmente o ambiente); também é necessário uma intervenção em matéria de sinalização horizontal (sabem que algumas das estradas não são da responsabilidade da Câmara, mas, se calhar, valeria a pena o custo que tem para a Câmara “fazer filhos em mulheres alheias” porque a cidade ficaria mais bonita, mais organizada e muito mais segura. De seguida, recordou que, tal como evidenciaram no início deste mandato, os vereadores do PSD pretendem contribuir de forma significativa para a melhoria do nosso concelho; conhecem as suas limitações, tendo em conta que o PS tem a maioria e fará aquilo que entender, mas não vão baixar os braços e vão continuar a dar ideias, a apresentar as soluções e as sugestões que entenderem ser as melhores para a cidade, a realçar aquilo que entenderem que está errado e a elogiar e a incentivar aquilo que pensam ser positivo; um dos espaços para apresentar essas ideias é justamente aqui, durante o período de antes da ordem do dia, e é isso que pretende fazer hoje. Referiu que, durante a campanha eleitoral, a área social foi das mais questionadas pela comunicação social, pelos eleitores e pelas oposições, todos queriam saber o que faria o partido que ganhasse as eleições; todavia, este continua a ser um tema tabu e é fácil perceber o motivo: para se agradar aos mais carenciados e recolher os seus votos, todos fazem as mais ridículas promessas, mas às escondidas de alguma população que não concorda com estes benefícios, cujos votos também é necessário cativar; desta forma, andam a adiar alguns problemas, ano após ano, sem encontrar soluções para um dos problemas mais graves do concelho que, quer se queira quer não, tem limitado o crescimento da cidade. Defendeu que não podem pensar nalgumas obras de requalificação que são menos urgentes, e que até já estão em discussão, envolvendo milhões de euros, sem resolver primeiro alguns problemas de habitação social e de integração que são muito graves; têm que ter em conta aquilo que é fundamental, concretamente as questões humanitárias, os valores morais envolvidos, os princípios que devem partilhar independentemente da religião ou da filiação partidária, mas também os constrangimentos que estas zonas degradadas da cidade provocam ao desenvolvimento económico. Sublinhou que os nossos bairros sociais continuam a ser zonas de segregação, como eram conhecidos em tempos remotos, e gostavam muito de os ver definitivamente eliminados; o passado é importante para lhes facultar as ferramentas e os conhecimentos adequados para que, no presente, possam pensar em tomar algumas decisões acertadas; em determinadas décadas, fizeram-se em Tomar bairros para pobres em áreas distintas da restante população e basta uma visita pela cidade para constatar a diferenciação entre os diversos bairros de acordo com as classes sociais, tendo no que respeita ao perfil da população como às características urbanísticas envolventes, às infraestruturas e à



conservação dos espaços e equipamentos públicos; têm constatado que esta segregação urbana traz inúmeros problemas à cidade, antes de mais pela desigualdade em si (a população mais pobre tem menos recursos, tem mais problemas de saúde porque tem falta de infraestruturas adequadas, tem maior desemprego porque com menores condições de habitabilidade e menos recursos mais dificilmente tem acesso a uma vida escolar de sucesso) que tende a enfraquecer as relações sociais entre as famílias de rendimentos distintos, a diminuir a tolerância entre estas e a aumentar a violência urbana; torna-se um problema que, muitas vezes, se transmite de geração em geração (não é por acaso que já os pais e os avós de muitas das pessoas que hoje precisam de ajuda também foram ajudados); esta segregação que vivem é um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas e gostavam de a ver aligeirada, cabendo-lhes, para isso, propor algumas mudanças, as quais terão que ser pensadas de acordo o público alvo a que se destinam; os bairros sociais existentes em Tomar devem ser completamente integrados na área envolvente e transformados em zonas residenciais com infraestruturas novas, adequadas à realidade e às exigências atuais; a gestão municipal não pode continuar a utilizar recursos apenas para ajeitar casas dos bairros sociais, que continuam sem as mínimas condições de dignidade para se viver, tal como o meio envolvente desses mesmas casas e desses bairros, que não têm sequer infraestruturas adequadas; é preciso ser muito mais ambicioso e querer que os nossos conterrâneos vivam condignamente; se as casas humildes e sem condições que existem nesses bairros, onde vivem apenas os que não podem de lá sair, se transformarem em habitações dignas, construídas a custos controlados, se os bairros tiverem infraestruturas e uma envolvente apelativa, se os preços de venda forem aliciantes, mais moradores serão captados para essas zonas mantendo as famílias mais carenciadas com as rendas adequadas às suas possibilidades; desta forma, poder-se-á reabilitar zonas da cidade que estão completamente degradadas e que constituem um bloqueio ao seu desenvolvimento, poder-se-á oferecer habitação digna aos mais necessitados, integrando-os com famílias de outras classes sociais; com a disponibilização de muito mais frações no mesmo espaço físico, a Câmara poderá fazer esta requalificação a médio e longo prazo, com um custo muito reduzido; aproveitará o espaço para integrar mais pessoas e adaptará para aquelas que já lá vivem. Disse que defendem muito claramente que a diferença de rendimentos não deve ser fator de diferenciação entre as diversas famílias e que estas devem viver nas mesmas zonas residenciais em completa harmonia; no entanto, têm uma visão diferente da solução de habitação e integração para as famílias da comunidade cigana; sabem que a Câmara tem



preparada uma solução mista que, até agora, não tem funcionado causando incómodo às diferentes comunidades envolvidas e que, na maioria dos casos, vai continuar a causar; por outro lado, sabendo desta má aceitação, parece-lhes que a Câmara mantém um pouco o segredo de algumas das soluções que preconiza, pelo menos para o público em geral; a maior parte das pessoas não sabe o que é que vai acontecer (uns dizem que as famílias ciganas vão viver para as aldeias, outros que ficam em residências na cidade); é importante para as duas comunidades que se faça esta distinção entre elas porque têm culturas muito distintas que podem chocar provocando mau ambiente e uma vivência difícil para ambas as partes. Sublinhou que algumas pessoas da comunidade cigana não se querem aculturar e não são obrigadas a fazê-lo; é importante permitir a diferenciação, permitir que defendam os seus valores e costumes desde que estes não colidam com o bem-estar e com os direitos da restante população de Tomar; não restam dúvidas que, se a comunidade cigana e a comunidade maioritária forem colocados no mesmo espaço físico, vão colidir; ficam muito felizes que algumas soluções tenham corrido bem, mas muitas delas não correm bem; a solução que defendem para a comunidade cigana não é a que está a ser aplicada pela atual gestão municipal, de integração à força de algumas famílias em bairros da comunidade maioritária, nem de colocar algumas famílias ciganas numa zona adjacente à linha da CP, apenas transferindo o problema de um lado da estrada para o outro lado da linha do comboio, ainda mais se atenderem aos custos que estas habitações vão ter para o município e que poderiam servir para uma solução mais permanente na tipologia de construção; para os vereadores do PSD, essa solução é continuar a manter o problema com umas casas com melhor aspeto prejudicando qualquer alternativa que se pretenda naquela zona da cidade, nomeadamente ampliação, deslocalização ligeira ou mais acentuada da estação da CP, ou qualquer outra que seja necessária para o desenvolvimento da cidade; defendem que as famílias da comunidade cigana que se queiram integrar nas zonas urbanas da comunidade maioritária o possam fazer de livre vontade; os que não querem e os que não são aceites não devem ser impostos forçosamente, para não haver o tal choque que entendem que tem estado a acontecer. Referiu que não entendem porque é que, existindo vários bairros distintos, não se opta por escolher um deles para esta comunidade ou, melhor ainda, por construir de raiz uma zona para estas famílias; existem fundos comunitários destinados a ação social que se podem adaptar a estas necessidades, existem apoios para minorias étnicas e o orçamento municipal deve também privilegiar a ação social; esta atitude proactiva, de forma urgente, por parte da Câmara permitirá que cumpra a sua função social beneficiando todos os tomarenses que se



veem confrontados com uma zona completamente degradada numa área nobre da cidade, junto ao rio e com enorme potencial. Disse que será fundamental dar condições de integração a esta comunidade permitindo-lhe manter os seus costumes e a sua cultura e exigindo-lhe que cumpra todas as suas obrigações, tal como qualquer outro cidadão tomarense com as mesmas capacidades económicas; a ação social é muito vasta, muito ampla e muito complexa, há muito para fazer em Tomar e todos têm que assumir essa enorme responsabilidade. -----

A Sra. Presidente salientou que não se regem por valores morais, mas por valores humanistas; o que acabaram de ouvir foi preconizado e proposto em reunião de Câmara há uma dezena de anos atrás, criando um gueto com a comunidade cigana em edifícios a construir na zona industrial; em Tomar, o problema que tem que ser resolvido é um problema de habitação social. Esclareceu a Sra. Vereadora que, nos termos do regimento, pode apresentar as propostas que entender as quais são obrigatoriamente incluídas na ordem do dia da reunião seguinte, onde serão debatidas e votadas. -----

A Sra. Vereadora Célia Bonet esclareceu que não pretendem guetos, pelo contrário; não querem um gueto ao pé da CP; todas as soluções têm muitas vantagens e muitas desvantagens e é um problema que têm vindo a adiar e a não querer falar, precisamente porque, quando se fala de um dos problemas alguém ataca a questão ou a solução encontrada; não existe uma solução perfeita porque as pessoas tem diferentes culturas e nenhuma das comunidades vai desaparecer; querem que se tente respeitar a cultura da comunidade cigana e não lhes parece interessante estar a colocar famílias desta comunidade à força em locais onde não são desejadas e para onde não querem ir. -----

A Sra. Presidente interrompeu para reforçar que, de acordo com o regimento, uma proposta é apresentada sumariamente e é depois inteiramente discutida na reunião seguinte. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos referiu que, a uma semana do termo do prazo para apresentação de projetos no âmbito do orçamento participativo jovem, verificam que poucos jovens têm conhecimento do procedimento. Perguntou qual foi a divulgação que foi feita da iniciativa e se o IVA está ou não incluído no montante máximo de dez mil euros definido. -----

A Sra. Presidente esclareceu que o IVA não está incluído. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que os timings do orçamento participativo jovem são semelhantes aos do ano passado; é verdade que, este ano, a participação está a ser menor, mas ainda não se realizaram as assembleias participativas locais que vão promover em ambas as secundárias, na escola profissional e eventualmente nas escolas com segundo e terceiro ciclos, que eram para ter ocorrido na primeira semana de aulas do segundo período, como



estava articulado com as direções dos agrupamentos, mas, por razões a que o município é alheio, não foi possível; em princípio o prazo será alargado por uma ou duas semanas, o que será devidamente comunicado a todos os interessados. Reconheceu a dificuldade que têm tido para conseguir chegar à faixa etária dos estudantes do Politécnico, apesar das tentativas nesse sentido, porque a entidade acaba por ser um pouco grande demais e as coisas se dispersam um bocadinho, para além de que, nesta fase do ano, época de exames, poucos alunos frequentam o espaço físico do estabelecimento; por outro lado, pela experiência do ano anterior, a faixa etária do secundário é onde os jovens mais se envolvem. Referiu que a iniciativa não seria tão bem sucedida se a divulgação fosse restrita ao online porque ainda não é uma matéria que desperte suficientemente o interesse dos jovens. Referiu que é um processo onde têm que ir evoluindo e melhorando sendo certo que, se conseguirem, pelo menos, igualar os resultados da primeira edição, a participação dos jovens será bastante interessante. -----

O Sr. Vereador José Delgado disse que era suposto o prazo acabar na próxima segunda feira, mas não foram sequer realizadas as reuniões com as escolas, com os jovens e com as associações, o que não se deve a mudança nas estruturas das escolas ou ao fato de os alunos estarem em exames, mas a uma falta de ação atempada do município junto dos potenciais concorrentes. Referiu que os jovens não estão habituados a fazer ou a pedir orçamentos e que precisam de apoio para organizar as candidaturas, pelo que não percebe como é que o procedimento pode ter sucesso se estamos a oito dias do fim do prazo e as ações ainda não foram promovidas e a própria comunicação social local tem esta semana uns pequenos anúncios sobre esta questão; não houve divulgação, o assunto não foi debatido e a comunidade jovem para a qual este orçamento participativo está vocacionado não foi atempadamente alertada e não está preparada para responder daqui a oito ou quinze dias, mesmo três semanas; é preciso tempo e é preciso explicar-lhes o que é o orçamento participativo e como é que se prepara uma candidatura. Referiu que, este ano, já foi um fiasco, porque já vai ter que ser adiado para corrigir uma falta de ação atempada e na hora, o que lamenta; é pena que sejam eles a desanimar os jovens e a dar o exemplo de falta de organização; já que se vai adiar, vale a pena trabalhar no sentido de fazer chegar a mensagem a mais jovens e recolher o máximo possível de candidaturas porque estão a envolver os jovens na atividade municipal, naquilo que interessa a Tomar, e estes têm muito a dar, mas têm que lhes dar espaço, tempo e organização. Recomendou que se defina uma nova data, mas



também que, primeiro, se trabalhe com os jovens para que eles venham às candidaturas com novas e boas ideias, porque Tomar precisa disso. -----

A Sra. Presidente frisou que todos sabem que, dantes, é que o orçamento participativo era bom. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão salientou que a intervenção do Sr. Vereador Luís Ramos foi correta e pertinente e que a intervenção do Sr. Vereador José Delgado, ao contrário do que tem acontecido, foi completamente de cor e a procurar um sound bite, o que é pena. Reforçou que, o ano passado, a iniciativa correu muito bem e que, este ano, foi tudo feito exatamente nos mesmos moldes, procurando ainda chegar mais longe; foi tudo trabalhado com as escolas no início de dezembro e as datas foram agendadas para a primeira semana de aulas a pedido das direções escolares; foi comunicado a todas as associações, às instituições pertencentes ao Conselho Municipal de Juventude, onde se incluem as juventudes partidárias, que, até ao momento, também não apresentaram nenhuma proposta, apesar de já haver propostas submetidas; foi divulgado na comunicação social e nas redes sociais. Reconheceu que as sessões participativas resultam muito melhor pelo que, no início de dezembro, foram marcadas as datas com as direções dos agrupamentos; não quer apontar o dedo, mas a verdade é que as direções não responderam tendo sido decidido alargar o período de votação para permitir a realização dessas sessões nas escolas. -----

O Sr. Vereador José Delgado perguntou porque é que falhou se correu tudo tão bem e se foi tudo tão bem organizado e planeado. Evidenciou que vai ser adiado porque, como sabem, e o Sr. Vereador Hugo também, as escolas não tiveram as ações e informações necessárias. -----

O Sr. Vereador Luís Ramos considerou insuficiente o prazo de uma ou duas semanas e propôs que o prazo seja prorrogado por um período de tempo adequado e suficiente para melhorar as formas de comunicação e permitir uma maior participação e envolvimento dos jovens. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que, a meio da semana passada, precisamente porque as escolas não tinham confirmado a realização das sessões, foi feita uma reunião de avaliação com os serviços, onde não foi fechado o prazo da prorrogação que, à partida, será no mínimo de quinze dias, talvez até ao final do mês, mas será tida em conta a proposta do Sr. Vereador na reavaliação que têm que fazer; a experiência e o regulamento do orçamento participativo jovem indicam que, a este nível, o grau de maturação das propostas não é igual ao orçamento participativo geral e não requer uma proposta de projeto tão detalhada por



parte dos proponentes, para além de que, nas sessões, há logo uma grande ajuda por parte dos serviços municipais sobre como preparar as propostas a apresentar. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia onze de dezembro de dois mil e dezassete, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia cinco de janeiro de dois mil e dezoito, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, cento e vinte mil, duzentos e treze euros (3.120.213,00€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e nove mil, cento e trinta euros e quarenta cêntimos (199.130,40€) em Operações Não Orçamentais.-----

N.º 01 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DOS SMAS DE TOMAR PARA O ANO DE 2018-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Tomar para o ano financeiro de 2018, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 9.453.554,00€ (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e quatro euros), pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter novamente os referidos documentos a aprovação do órgão deliberativo, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

Mais deliberou solicitar para o efeito a convocação de sessão extraordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 28.º do referido regime jurídico. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e os Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Luís Manuel Monteiro Ramos apresentaram a seguinte declaração de voto: " Como é habitual a governação da câmara e do SMAS, apresentam as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Tomar, desta vez para 2018 e como sempre o documento é



apresentado e lá vai passando, sem grandes dificuldades ou atribulações, no entanto, os tempos vão mudando e os novos sistemas de gestão, requerem mais organização, mais planeamento, mais eficácia, mais acção e mais produtividade, para que os resultados tenham sucesso e cumpram a missão para que foram criados, em especial, quando se trata de entidades que têm como função o serviço público e a defesa da qualidade de vida das populações. -----

Sabendo-se isto, numa situação comum, basta saber fazer, saber ser, saber ouvir e saber decidir, para se criarem caminhos de sucesso, uma matriz que garanta uma gestão de excelência e em simultâneo, cumpra os nobres desígnios de servir a população com referência e qualidade. Mas tal situação está longe de ser atingida, pela atual gestão, resultado da falta de coordenação e da falta de ambição. Onde estão as acções do SMAS que se impõem, não estão, não estarão e não se evidenciam, simplesmente porque traçaram o caminho dos mais fáceis, onde se destacam, as transferências de responsabilidades para os consumidores, para os Tomarenses. Lembre-se o aumento de tarifário do SMAS, aprovado pelo executivo socialista em 27.12.2017, em vez de recuperar o dinheiro e a água, que se perde minuto a minuto, aumentou a água, o saneamento e os resíduos sólidos. O caminho mais fácil. -----

Assim, é importante refletir e avaliar os percursos e tipos de gestão: -----

Na reunião de câmara de 11.12.2017, foi levado a discussão e votação, uma Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS de Tomar para o ano financeiro de 2018. Nos documentos apresentados e nas diversas intervenções, nunca existiu qualquer referência pelo Partido Socialista, à intenção de redução de perdas e de aumento do tarifário. Apesar dos efeitos de aumento do tarifário, já estarem vertidos no orçamento apresentado.-----

Na reunião de câmara de 27.12.2017, foi levado a discussão e votação, uma Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 30.10.2017, propondo à Câmara Municipal a aprovação do tarifário dos SMAS para 2018, que vai aumentar os preços da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. -----

Conforme já foi amplamente informado e explicado, os vereadores eleitos pelo PSD, votaram contra as "Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS e ao Aumento do Tarifário", por considerarem serem injustos e por demonstrarem de forma clara e inequívoca, que a gestão do SMAS, é frágil e sem preocupações de combate à despesa. Os SMAS, não demonstraram possuir ações coerentes de organização, de planeamento e de investimento, como é exemplo



da falta de vontade, que vise a recuperação das perdas de água, no concelho de Tomar, mais de 1 700 000 € (elementos retirados do orçamento do SMAS e dos documentos anexos). -----

Na última assembleia municipal de 27.12.2017, as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS, foram reprovadas por 16 votos contra do PSD, CDU e BE e 15 votos a favor do PS e Independentes do Nordeste, por falta de organização, de humildade e excesso de confiança do Partido Socialista, que acreditou no velho ditado das “favas contadas”. Conhecido o resultado, vieram inesperadamente e rapidamente a tentar responsabilizar o PSD, a CDU e o BE, porque existiam obras que dependiam desta aprovação e que assim, a situação seria de elevados prejuízos para autarquia, face aos fundos e vistos necessários do tribunal de contas. O partido socialista, apesar de estar na governação da Câmara Municipal há mais de quatro anos, com maioria absoluta, continua a tentar responsabilizar os outros, da sua inoperância e falta de visão e planeamento para o futuro de Tomar. -----

Mas mais estranho, é que o partido Socialista, nunca tenha dado qualquer importância a estas situações do SMAS, apesar das repetidas recomendações dos vereadores do PSD, que várias vezes apontaram que caminho não era o de aumento de tarifário, mas a redução de perdas, logo de diminuição de despesa, com recurso a investimentos devidamente planeados e programados. -----

O partido socialista diz, em voz alta, que o que se está a votar são as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS e não o Aumento do Tarifário do SMAS para 2018, esquecendo-se de explicar que o orçamento do SMAS aprovado na reunião de câmara em 11.12.2017, apesar de escondido, já contemplava o aumento de tarifário para 2018. Uma ação de gestão, que visou transferir para os consumidores, a falta de capacidade para ir buscar as receitas através da redução de perdas, no ataque direto à despesa. -----

Mas hoje, mais inesperado ainda, é a governação do Partido Socialista, apesar das imensas recomendações, teime em impor as penalizações aos consumidores Tomarenses, com uma argumentação de recurso e frágil, que tem como base a pressão sobre as obras previstas para 2018, deixando cair por terra, todas as razões que se impõem, para a apresentação de uma proposta que recolha a unanimidade de todos os partidos representados na câmara e na assembleia municipal. -----

Assim, estamos a assistir, ao reenvio da proposta das “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2018”, sem qualquer alteração, sem qualquer intenção de acatarem qualquer proposta da oposição, apesar de lógicas e coerentes. Simplesmente carregar os Tomarenses,



[Handwritten signature]

com mais encargos, com mais responsabilidades, tapar a falta de receitas dos SMAS, tapar a falta de capacidade dos SMAS em combater diretamente a despesa. -----
Um exemplo, que peca pela falta de humildade, que peca porque estas "Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS", teimam em percorrer os caminhos mais fáceis, de aumento da receita do SMAS, à custa dos consumidores de Tomar, à custa do aumento do tarifário, escudando-se no acessório e não abordando de forma clara e inequívoca o essencial. -----
Assim, os vereadores do PSD votam a favor para que as "Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMAS", voltem à Assembleia Municipal, a fim de serem novamente votados pelos partidos representados na Assembleia Municipal. A atual maioria constituída pelo Partido Socialista e pelos Independentes do Nordeste, irão garantir a aprovação do orçamento e em simultâneo, a recolha das verbas resultantes do aumento do tarifário. -----
Face a este desígnio anunciado, os vereadores do PSD, lamentam que o SMAS e a Governação da Câmara Municipal de Tomar, nada tenham alterado em relação à proposta inicial, avançando com a vontade unilateral de manter o documento, de aprovar o orçamento, que inclui o aumento de tarifário da água, do saneamento e dos resíduos sólidos. Penalizando mais uma vez, as famílias Tomarenses." -----

PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 02 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017 -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 1/2018 da Presidência, submetendo a ratificação do Executivo Municipal as cedências do autocarro do Município no mês de dezembro de 2017. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas e os apoios prestados, no montante total de 2.175,50€ (dois mil, cento e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 03 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em dezembro pela Sra. Presidente, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO DO SENHOR VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

**N.º 04 – EDIFÍCIOS ESCOLARES DEVOLUTOS**

Foi presente, para conhecimento, listagem dos edifícios escolares devolutos e respetiva situação, não atualizada, pelos motivos explicitados pelo Sr. Vereador Hugo Cristóvão. A Câmara tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**N.º 05 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA RUA CORREDOURA DO MESTRE – minuta de contrato**

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 3053/2017 da Divisão Financeira, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do contrato da empreitada de requalificação urbanística da rua Corredoura do Mestre, adjudicada a Contec - Construções e Engenharia, SA por deliberação de 11 de dezembro.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato nos seus precisos termos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

N.º 06 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL DA RUA DAS MIMOSAS – receção provisória

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 6499/2017 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a homologação do Executivo Municipal o auto da vistoria para efeitos de receção provisória da obra de construção da rede de drenagem pluvial da rua das Mimosas, adjudicada a EcoDemo - Demolições, Ecologia e Construção, SA, pelos fundamentos apresentados.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar o auto da vistoria realizada a 21 de dezembro para efeitos de receção provisória da obra de construção da rede de drenagem pluvial da rua das Mimosas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

EXPEDIENTE:**N.º 07 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA VENDA DO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO DA RUA JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO, N.º 22, NO ÂMBITO DO PROCESSO N.º 3391/16.8T8ENT**

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão referente à notificação da agente de execução Ana Teresa Zorro para exercício do direito de preferência na venda da fração autónoma designada pela letra C, correspondente ao primeiro andar esquerdo do prédio sito na rua José Raimundo Ribeiro, n.º 22, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e



Santa Maria dos Olivais, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3177-C, a favor de Ricardo Alexandre Nogueira Tereso, pelo valor de 52.766,04€ (cinquenta e dois mil setecentos e sessenta e seis euros e quatro cêntimos), conforme proposta submetida ao leilão eletrónico LO144092017, no âmbito do processo 3391/16.8T8ENT, pelos fundamentos apresentados. ----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na aquisição da fração supra identificada, nos termos e condições apresentados. -----

Mais deliberou notificar o requerente para remeter cópia da escritura à Câmara Municipal, no prazo de 15 dias após a respetiva celebração. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 08 – TARIFAS A APLICAR PELA EPAL NO ANO DE 2018 -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de dezembro, referente às tarifas a aplicar pela EPAL no ano de 2018. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 09 – TARIFAS A APLICAR PELA ÁGUAS DO VALE DO TEJO, SA NO ANO DE 2018 ---

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de dezembro, referente às tarifas a aplicar pela Águas do Vale do Tejo, SA, ao serviço em alta, no ano de 2018. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 10 – ÁGUA ADQUIRIDA PELOS SMAS NO ANO DE 2017 -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de dezembro, referente a água adquirida no mês de novembro no âmbito dos contratos de fornecimento e concessão com a EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 11– ALTERAÇÕES DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS (TRH) DECORRENTES DA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO-LEI N.º 46/2017, DE 3 DE MAIO -----

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de dezembro, referente às alterações da taxa de recursos hídricos (TRH) decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio. ----

A Câmara tomou conhecimento. -----

N.º 12 – GESTÃO EFICIENTE DE RECURSOS HÍDRICOS -----



Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 28 de dezembro, referente ao estudo de diagnóstico em matéria de gestão eficiente de recursos hídricos no Médio Tejo e ao plano de ação para o concelho de Tomar, e respetivos documentos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte e nove minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.----

Avelina Maria Lopes Leal
Avelina Leal